

Concepções políticas indígenas durante os processos de independência no Rio da Prata na década de 1820

Indigenous political conceptions during the independence processes in Rio da Prata in the 1820s

Isadora Talita Lunardi Diehl¹

Universidade de Brasília, Brazil

<https://orcid.org/0000-0002-3209-4449>

Felipe Schulz Praia²

Universidade de São Paulo, Brazil

<https://orcid.org/0000-0003-3182-0944>

DOI: <https://doi.org/10.25032/crh.v11i20.2443>

Enviado: 04/12/2024

Aceptado: 17/05/2025

Resumo: O presente artigo busca explicitar algumas das concepções políticas expressadas pelos sujeitos indígenas durante a década de 1820 no espaço do Rio da Prata. Através da análise de relatos de viajantes e de documentos escritos por lideranças guaranis oriundas dos antigos povoados guarani-jesuíticos, observamos como esses sujeitos se apropriaram das disputas entre diferentes modelos políticos a fim de elaborarem projetos próprios que respondiam aos interesses das suas comunidades. A partir disso, foi possível identificar uma grande diversidade de

¹ Bolsista de Pós-doutorado Júnior do CNPQ, realizando o estágio pós-doutoral na Universidade Nacional de Brasília, com supervisão da Profa. Dra. Vânia Losada Moreira. Realizou seu Doutorado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), defendendo em 2023 a tese: *Criando fronteiras: guaranis e kaingangos diante dos processos de invisibilização pelo Estado (Rio Grande do Sul, século XIX)*, com orientação da Profa. Dra. Helen Osório. A tese foi indicada pelo PPGH para o Prêmio Capes de Teses 2024. É bacharel (2012) e licenciada (2016) em História pela UFRGS, onde também realizou seu Mestrado (2016). Atualmente é coordenadora do GT Indígenas na História da Associação Nacional de História- seção Rio Grande do Sul.

² Doutorando em História Social na Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Alberto de Moura Ribeiro Zeron, e bolsista da CAPES. Obteve o título de Mestre em História pela UFRGS, defendendo sua dissertação intitulada *“Para que cada pueblo se gobierne por si”: modernidade política e atores indígenas na região do Rio da Prata (1810-1821)*, sob orientação de Eduardo Santos Neumann. É licenciado em História pela UFRGS (2013). Tem como temáticas de interesse história da América Latina e história do Brasil, com ênfase nos processos históricos que envolvem as comunidades indígenas.

posicionamentos tomados pelos indígenas frente aos conflitos, mas que, em geral, buscavam a defesa da soberania de suas comunidades guaranis e a manutenção dos seus modos de vida, ainda que isso exigisse a elaboração de diferentes estratégias de acordo com a conjuntura.

Palavras-chave: Rio da Prata, Indígenas, Independência, Guarani.

Abstract: The present article seeks to shed light on some of the political conceptions expressed by Indigenous subjects during the 1820s in the Río de la Plata region. Through the analysis of traveler's reports and documents written by Guarani leaders from the former Guarani-Jesuit settlements, we observe how these subjects appropriated the disputes between different political models to develop their own projects that addressed the interests of their communities. From this, it was possible to identify a great diversity of positions taken by indigenous people in the face of conflicts, but which, in general, sought to defend the sovereignty of their Guarani communities and the maintenance of their ways of life, even if this required the development of different strategies depending on the circumstances.

Keywords: Rio de la Plata, Indigenous Peoples, Independence, Guarani.

1. Introdução

O presente artigo tem como objetivo explicitar algumas das concepções políticas das populações indígenas durante a década de 1820, no vasto território dos antigos povos guarani-jesuíticos do Paraguai.³ Os indígenas, especialmente os guaranis, desempenharam um papel central nas mobilizações militares da região missioneira, que abarcava áreas do Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina. Suas filiações e escolhas

³ Entre o século XVI e o século XVIII, diversas reduções foram fundadas por padres da Companhia de Jesus a fim de catequizar e reunir os indígenas que habitavam a região do Rio da Prata. Esse complexo alcançou, em seu auge, o número de 30 povoados que estavam espalhados no que são atualmente os territórios do sul do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A partir de 1768, com a expulsão dos padres jesuítas promovida pela Coroa espanhola, a administração de seus povoados sofreu uma série de alterações tanto do ponto de vista de sua organização interna, quanto das jurisdições a que pertenciam. Assim, entre fins do século XVIII e início do século XIX, a região encontrava-se dividida em três jurisdições: os departamentos de Candelaria e Santiago estavam sob a influência do Paraguai. Os povoados do lado oriental do Rio Uruguai, eram administrados pelos portugueses, desde 1801; enquanto grandes territórios dos departamentos de Yapeyú e Concepción estavam sob jurisdição de Corrientes (Wilde 328). No entanto, esse cenário se alterou diversas vezes em meio aos conflitos que ocorreram ao longo do processo de independência. Para uma análise mais atenta a respeito dessas mudanças, consulte Maeder 1992.

políticas relacionavam-se ao contexto revolucionário do Prata, no qual estavam em disputa variados modelos políticos: a manutenção da situação colonial ou a independência; o estabelecimento de um sistema republicano ou monárquico; a maior autonomia dos territórios ou a conformação de um governo centralizado. Por meio de relatos de viajantes, de documentos escritos e, especialmente, da correspondência entre lideranças dos amplos espaços geográficos que compunham o antigo complexo missioneiro, é possível observar que os indígenas se apropriaram dessas discussões e construíram projetos políticos que, longe de serem homogêneos, levavam em conta uma variedade de concepções relacionadas às experiências das populações nativas nesse espaço. Essas diferentes escolhas influenciaram não apenas o curso da história das comunidades indígenas, como também o processo de formação dos Estados na região.

Recentemente a historiografia tem contestado a ideia de que as camadas populares não se engajaram nos processos das Independências ibero-americanas, ressaltando como as agências das mulheres, dos povos indígenas e das populações negras escravizadas e libertas influenciaram nos rumos políticos, econômicos, culturais, institucionais e na conformação das fronteiras do longo processo de formação das nações americanas (Clolet da Silva e Cid 2022).

Eric Van Young (2006) analisou o envolvimento das camadas populares nos conflitos na Nova Espanha entre 1810 e 1821. Ele apontou que a população rural, especialmente os indígenas, pegou em armas não para construir uma nova nação, mas para proteger suas comunidades, resistir à usurpação de terras e manter sua independência, ameaçadas pelas reformas borbônicas. Destacou que 55 % dos envolvidos nas sublevações eram indígenas, com ações geralmente localizadas perto de seus povoados, refletindo uma política localista e uma forte solidariedade comunitária.

Diferente do que ocorreu na Nova Espanha, os indígenas do povoado de Cimbres, em Pernambuco no Brasil, se colocaram favoráveis à continuidade da monarquia. Mariana Albuquerque Dantas (2022) teceu uma crítica à historiografia que analisou este posicionamento como um arcaísmo e um contraponto à modernidade política, demonstrando que as escolhas políticas dos indígenas naquele contexto podem ser interpretadas a partir dos objetivos de defesa material da

comunidade, especialmente em relação às terras que haviam sido doadas pelo monarca português no século XVII.

Podemos observar, portanto, que as populações indígenas assumiram uma variedade de posicionamentos políticos que também foram responsáveis pelos rumos da História americana. Como observou Chiaramonte (*Ciudades...* 15) para o caso rioplatense, o curso dos acontecimentos apresentou linhas de desenvolvimento que não necessariamente levavam a formação das nações nas formas como se configuraram. Nesse sentido, este artigo explora como as propostas indígenas, em especial para o espaço territorial das antigas Missões, foram fruto de acomodações entre um contexto de intensa transformação e de pertencimentos comunitários antigos.

A análise aqui empreendida irá se deter na década de 1820, momento privilegiado para percebermos a readequação dos projetos políticos indígenas diante das transformações conjunturais de ambos os lados do Atlântico. Durante o período entre 1810 e 1816 fracassaram as tentativas de organizar um Estado rio-platense e não se estabilizaram as relações entre as partes soberanas, fossem de forma centralizada, federal ou confederal (Chiaramonte, «Notas y debates...», *Ciudades...*). A região missioneira foi fragmentada politicamente. Em 1811, o Paraguai se tornou independente. A Liga dos Povos Livres que havia se configurado como um projeto revolucionário agregador das populações indígenas entrou em declínio após o exílio de José Artigas no Paraguai em 1820. Além disso, chegou ao fim a Monarquia restaurada na Espanha. No entanto, estes projetos políticos seguiram influenciando os posicionamentos políticos das populações indígenas da região do Prata.

Assim, levamos em conta na análise a premissa formulada de José Carlos Chiaramonte de que não se deve reduzir as disputas ocorridas no Rio da Prata a partir do processo de independência à simples oposição entre «portenhos» e «provincianos», pois, dessa forma, se perde a substância política desses enfrentamentos. Como informa o autor, essa simplificação impede de enxergar

la existencia de múltiples pueblos soberanos, postura basada en criterios relativos a la naturaleza y formas de ejercicio del poder, que fundaban la legitimidad de ese poder y que, además, conformaban lo fundamental de lo que podríamos llamar el imaginario político de la época (Chiaramonte, *Ciudades...*, 134).

A partir disso, foi possível identificar uma variada gama de caminhos políticos tomados pelos sujeitos indígenas no princípio da década de 1820, tendo alguns mantido a adesão ao projeto republicano artiguista, mesmo que este estivesse em decadência, e outros procurado se aproximar das monarquias ibéricas. Ainda é possível perceber a agência indígena na conformação dos faccionalismos do período, não como massa de manobra dos caudilhos locais, mas como sujeitos capazes de priorizar seus anseios políticos e bolar estratégias para alcançá-los. Dessa forma, é viável afirmar que, ao longo do período, a questão da manutenção dos territórios e dos modos de vida dos guaranis perpassou muitos destes projetos, sendo, por vezes, mobilizada a partir de uma concepção mais ampla, abarcando diferentes *pueblos* em um projeto mais centralista de Província das Missões, e, em outros momentos, aparecendo através da defesa da autonomia de unidades políticas menores, restrita a estes mesmos *pueblos*.

2. Antecedentes: revolução e autonomia no espaço missioneiro

No princípio da 1820, os indígenas buscaram reconfigurações de seus projetos políticos na região das Missões. Alguns mantinham-se atrelados ao projeto revolucionário de Artigas, outros procuravam distanciar-se dele; e havia ainda aqueles que procuraram estreitar os laços com as monarquias espanhola e portuguesa a fim buscar melhores condições para desenvolver seus projetos políticos e, principalmente, desembaraçar-se das consequências nefastas da década revolucionária precedente.

Durante o período 1810-1819 o território das antigas missões esteve no centro das disputas travadas no Prata. O engajamento militar dos indígenas ao lado de diferentes exércitos, as transformações das jurisdições às quais estavam submetidos seus povoados e os deslocamentos promovidos pelas disputas territoriais influenciaram na tomada de posições políticas destes sujeitos. A intenção de manter a unidade do vice-reino do Rio da Prata por parte dos portenhos, após os acontecimentos de 1810, tinha dois pontos fracos: a região das Missões e a Banda Oriental. Logo após a proclamação da Junta de Governo em Buenos Aires, as lealdades foram divididas: enquanto os indígenas das regiões de Yapejú e Concepción se alinharam aos portenhos, os de Candelária e Santiago mantiveram-se atrelados à Assunção. Manuel Belgrano, em nome do governo revolucionário de Buenos Aires, buscou, em 1810, negociar com os guaranis um regime de liberdade que atraísse sua lealdade à Junta estabelecida na

capital portenha e pudesse dispor de sua mão de obra, mas não obteve sucesso (Maeder 131; Moreira Ribeiro da Silva e Melo 135-153).

Na Banda Oriental, Montevideu tornou-se o último reduto realista sob o vice-rei Xavier Elío. Em 1811, José Artigas, aliado às Províncias Unidas do Rio da Prata, cercou a cidade, forçando Elío a pedir ajuda à Coroa portuguesa. O governo portenho firmou um tratado de paz com os portugueses, ordenando Artigas a encerrar o cerco. Contrariado, o líder oriental comandou o «Êxodo» de 850 famílias, incluindo muitos guaranis e outros indígenas, para Salto Chico. As tensões entre Artigas e Buenos Aires aumentaram, culminando na ruptura em 1814. Nesse contexto, Artigas concebeu seu projeto político, que alcançou seu auge em 1815 com a formação da Liga dos Povos Livres, reunindo várias províncias (Oriental, Entre Ríos, Corrientes, Missões, Córdoba e Santa Fé).

Como observou Ana Frega («El artiguismo...» 128), o Sistema dos Povos Livres era composto de pactos instáveis e ambíguos entre os grupos dirigentes (*cabildos*, governadores e comandantes militares) e o chefe dos Orientais, sendo os limites territoriais estabelecidos entre as diferentes unidades políticas que o compunham bastante imprecisos. Ainda assim, esse projeto buscava uma aliança com o objetivo de garantir «a los espacios provinciales tener su propia Constitución y gobierno, levantar su propio ejército, disponer de sus recursos económicos (por ejemplo, de las tierras y bienes de los enemigos), fijar impuestos y comerciar libremente» (Frega, «El artiguismo...», 131). Além disso, contou com forte engajamento das camadas mais pobres da população, entre as quais estavam muitos guaranis, charruas e minuanos. Isso porque o projeto artiguista contemplava aspirações de parte da população indígena, como a posse da terra (Frega 2009).

Nesse sentido, José Artigas concebia a região das Missões como uma província soberana, em pé de igualdade com as outras que faziam parte da Liga.⁴ Por essa razão,

⁴ Dessa forma, devido às características desse programa político e, seguindo a linha interpretativa de José Carlos Chiaramonte, podemos definir a proposta de organização do movimento artiguista como de «tendência confederal», não podendo ser confundido, como por muito tempo o fez a historiografia latinoamericana, com a noção de federalismo. Chiaramonte alertou que essa confusão se deu em função da historiografia latinoamericana estar «apoyada en el uso de época que, hasta bien entrado el siglo XIX, englobaba en la común denominación de federalismo cosas tan distintas como las confederaciones y el Estado federal» (Chiaramonte, *Ciudades...* 140). Nesse sentido, o autor afirma que, em geral, a literatura política da época criticava a ideia de confederação «por la escisión de la soberanía que está en sus fundamentos y que daría cuenta de sus debilidades» (141), já que essa ideia de soberanias

expressa –em diversos documentos– a sua vontade de que aquele espaço fosse governado pelos próprios indígenas, que seriam os donos legítimos de seus povoados. Em correspondência do ano de 1815 endereçada a José de Silva (à época governador de Corrientes) o líder oriental afirma ter recebido reclamações dos «povos de índios» de Santa Lucia, Itati e de las Garzas sobre a má conduta de seus administradores, ao que comenta: «Yo no lo creí extraño por ser una conducta tan inveterada: y ya es preciso mudar esa conducta. Yo deseo que los *indios en sus Pueblos se gobiernen por sí* para que cuiden de sus intereses como nosotros de los nuestros».⁵ No dia 27 de agosto de 1815, ao enviar um ofício a Andresito Artigas explicando como esse deveria proceder ao atacar os povoados missioneiros da costa do rio Paraná, afirma:

En esos pueblos del Departamento de Candelaria se guardará el mismo orden que en los demás, desterrando de ellos a todos los europeos, y a los administradores que hubieren, para que *los naturales se gobiernen por sí*, en sus pueblos (Cabral 360, grifo nosso).

Andrés Guacurary, o Andresito Artigas, indígena de origem guarani alçado a Comandante Geral das Missões, foi o principal representante das ideias artiguistas na região, entre os anos de 1815 e 1819. Nesse período empreendeu várias campanhas contra tropas portuguesas, portenhas e paraguaias e buscou retomar os territórios indígenas, fazendo com que esses se envolvessem ainda mais nas tramas políticas da conformação das Independências.

Em 1816, o governo português, sob o comando do general Lécor, iniciou uma nova intervenção na Banda Oriental, que foi incorporada ao Império português sob o nome de Província Cisplatina. No ano seguinte o marechal Chagas, chefe das Missões portuguesas, atacou as aldeias situadas entre o rio Uruguai e o rio Paraguai, na atual Argentina, incendiando-as e fazendo com que grande parte dos habitantes fugissem da região. Em decorrência destes episódios vários indígenas foram encarcerados em seus povoados, em especial aqueles acusados de compactuar com Artigas. Outros indígenas também se tornaram presos políticos após a derrota em campo de batalha. O Comandante Geral das Missões, Andres Guacurary foi capturado em 1819. O projeto revolucionário oriental entrou em declínio, 1820, após a Batalha de Tacuarembó, na

compartidas era admitida na tradição escolástica.

⁵ José Artigas a José de Silva. Paraná, 9 de maio de 1815, Archivo Artigas, Tomo XXIX, p. 57. Grifo nosso.

qual os portugueses, comandados pelo Conde da Figueira, venceram as tropas de José Artigas, que se exilou no Paraguai.

3. Monarquia e Artiguismo: As escolhas políticas indígenas no início da década de 1810

A existência de prisioneiros indígenas no Rio Grande do Sul foi relatada por Auguste de Saint-Hilaire (17) quando viajou pela região em 1824. Apesar do naturalista francês negar toda a possibilidade de cidadania aos povos indígenas, seus relatos trazem elementos que permitem levantar algumas hipóteses sobre as razões políticas dos indígenas para a manutenção da filiação ao programa de Artigas ao longo da década de 1820, momento em que esse projeto já estava em franca decadência.

Em dois momentos o naturalista se deparou com indígenas detidos que haviam pertencido às tropas de Artigas. Primeiro em Torres, litoral do Rio Grande do Sul, e depois na capital da província: Porto Alegre. Nos dois casos relatou que esses prisioneiros tinham origens em vários territórios (Missões, Entre-Rios e Paraguai) e que atuavam como peões, atribuindo seu engajamento aos exércitos artiguista ao seu «gosto pela pilhagem» e para apoderarem-se do gado das estâncias portuguesas. Porém, quando questionados sobre os motivos da adesão a Artigas teriam respondido que «foram obrigados» (Saint-Hilaire 17, 29-30).

Outro prisioneiro entrevistado por Saint-Hilaire (31) foi um menino guarani, ex-pífarro nas tropas de Artigas, que, após ser capturado, trabalhava na casa do governador Conde da Figueira. Quando perguntado se preferia ficar ali ou voltar para Artigas, respondeu que queria retornar ao líder oriental para rever sua mãe. Saint-Hilaire, porém, interpretou a resposta como uma tentativa de não ofender o Conde e acreditava que o verdadeiro motivo era o desejo pela «liberdade» típica da vida indígena.

Através destes relatos podemos perceber que os motivos elencados pelos próprios indígenas revelam escolhas políticas. Um aspecto central apresentado é a possibilidade de obter gado através do engajamento no exército artiguista. Essa foi uma opção prática de adesão política em um momento crítico em que as antigas estâncias guaranis vinham sendo desmembradas, saqueadas e pilhadas e que as comunidades encontravam dificuldades para manter sua subsistência. Além disso,

como mostra o relato, grande parte destes indígenas atuavam como peões em estâncias da região, o que lhes dava pouca autonomia de trabalho e a dificuldade de manutenção das suas comunidades. De fato, os dados de processos criminais do Rio Grande do Sul entre 1779 e 1834 demonstram que a maioria dos que se declaram como «peões» eram indígenas, muitos deles oriundos de várias partes do território missioneiro. Com a desagregação das comunidades guaranis nas primeiras décadas do oitocentos, fomentou-se o emprego de indígenas como trabalhadores da pecuária (Lunardi Diehl; Osório 2021).

O desejo de controlar o acesso dos indígenas ao gado da campanha foi tema das correspondências de diversos administradores de fronteira durante os anos de 1810-1820 (Moreira Ribeiro da Silva e Melo 2017). E seguiu sendo uma preocupação das autoridades sul-rio-grandenses em relação aos indígenas ao longo da década de 1820-1830 (Lunardi Diehl; Osório 2021). A correspondência do comandante das «Missões brasileiras», no início dos anos de 1830, aponta as relações entre os aspectos aqui elencados: os indígenas eram vistos como obstáculos à formação de fronteiras nacionais, pois desertavam dos exércitos, usavam gado das antigas missões, não se filiavam aos governos que procuravam se instituir e incentivavam outros soldados a desertarem:

Por termos daquele lado uma porção de índios alçados, uns desertores do nosso exército, e outros do Argentino, e que estes *índios para ali se tem aquilombado*, fazendo toda a sorte de insultos em tempos de Guerra; e não duvido que eles sempre que passam queiram tentar algum roubo para esta banda, uma vez tenham lugar, *por serem uma gente que não quer dar obediência deste lado, e nem aquele governo da Província de Entre Rios e Corrientes*, correspondente aos terrenos por onde os sobreditos índios alçados andam; acresce mais o muito que do prejudiciais termos nós na frente uma gente que só são capazes de fazerem o mal que podem e seduzem os nossos soldados para se juntarem a eles e desta forma irão ali crescendo maior o número de salteadores.⁶

Além disso, ao comparar seus refúgios aos quilombos de escravizados fugitivos, as autoridades reforçavam a ideia de que os indígenas representavam uma ameaça à ordem social estabelecida e revelam que de fato a questão da liberdade era um aspecto central na escolha da filiação ou não a um projeto sociopolítico por parte destes

⁶ Ofício de Manuel Silva Pereira do Lago, tenente-coronel administrador geral dos Povos de Missões, para Caetano Maria Lopes Gama, presidente da província, Quartel em S. Francisco de Borja, 5 de janeiro de 1830. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Autoridades Militares. Maço 114. Grifo nosso.

sujeitos.

De fato, a própria análise de Saint-Hilaire destaca esse «desejo de liberdade» que, ao contrário do que foi capaz de perceber o botânico francês, estava também relacionada à possibilidade de estarem próximos de suas famílias. Como apontou Moreira Ribeiro da Silva e Melo (270), José Artigas foi uma das lideranças capazes de compreender o quanto os indígenas prezavam pela manutenção das mulheres e das crianças junto aos exércitos e, por isso, angariou apoio dos setores populares interessados em atuar de forma mais autônoma e de acordo com seus interesses coletivos. Durante as décadas de 1820-1830 as esposas seguiram acompanhando os soldados guaranis, apesar de que esse hábito não era bem-visto por todas as lideranças militares, como constatou Saint-Hilaire:

Os lanceiros guaranis, que conheci em Belém, *todos traziam suas esposas* e, quando soldados-índios das Missões vão fazer guarda em algum lugar, é sempre em *companhia de suas mulheres*, embora isso seja totalmente contrário às ordens do marechal-de-Campo Chagas, que comanda nas Missões (Saint-Hilaire, 254, grifos nossos).

Esses anseios políticos, para alguns dos indígenas, seguiam ligados à imagem de Artigas na década de 1820. Como Saint-Hilaire explicitou, o líder tinha a capacidade de cativar os setores populares em seu projeto político justamente pela proximidade com que se colocava:

É incontestável, aliás, que Artigas tem particular habilidade para se fazer estimado dos índios e dos camponeses; [...] *possuí os mesmos costumes dos índios*; sabe montar tão bem quanto eles, vive do mesmo modo, veste-se com extrema simplicidade; repete aos soldados que só trabalha para assegurar-lhes a independência e a de seus filhos. Quando sofre qualquer revés, chora com eles e diz-lhes que é infeliz (Saint-Hilaire, 31-32, grifo nosso).

O depoimento de Andrés Guacurary, o Andresito Artigas, líder guarani do exército artiguista e ex-comandante dos «15 pueblos de Misiones» mostra a importância dessa proximidade pessoal com Artigas na adesão e manutenção dos projetos políticos. Andresito foi preso após invadir São Borja e São Nicolau, no lado português. Em 1821 escreveu uma carta para D. João VI em que denunciava sua precária situação. Após um ano e quatro meses sob rígida prisão, incomunicável, foi posto em liberdade, sem processo nem sentença. Na correspondência reclamava a situação de miséria e a impossibilidade de retornar ao seu país natal sem o auxílio

daquele que, segundo ele, «sempre chamou de pai»: Dom José Artigas.⁷ Ao que consta o coronel Andrés Guacurary nunca retornou às Missões e talvez tenha falecido no Rio de Janeiro. O teor de sua carta, no entanto, revela a importância dos vínculos pessoais e comunitários na manutenção dos projetos políticos dos guaranis e a impossibilidade, inclusive material, de seguir adiante com tais projetos.

Outros indígenas, também presos no Rio de Janeiro no início dos anos vinte, diante de uma situação semelhante teceram uma estratégia de aproximação com a monarquia espanhola. Estes prisioneiros recorreram ao embaixador espanhol Conde de Casa Flores, que buscava articular na Corte portuguesa um movimento de recolonização das colônias espanholas a partir da restauração da Constituição de Cádiz, para interceder pela sua liberdade (Frega 2009). Nas listas enviadas ao embaixador, com os nomes dos «espanhóis americanos» que solicitaram sua intervenção em favor da própria liberdade, constam diversos indígenas. No navio Príncipe do Brasil, por exemplo, seis «índios» que «son misioneros, pero imploran a S. E a fin de poner-los en libertad».⁸

Na carta escrita pelos detidos na Ilha das Cobras do *pueblo* de Santa Cruz, Casemiro Taperý, Juan Manuel Toledo e José Leon ao embaixador vemos como os indígenas estruturaram sua filiação à Monarquia e seu distanciamento dos projetos que visavam romper com a metrópole:

Sus suplicantes *son indígenas* de aquellas reducciones, reconocidas por las leyes del Reyno, como españoles, y por la Constitución de las Monarquías elevados à la clase de hombres libres, *iguales en derechos a todos los españoles*. Con este carácter vivíamos en nuestro país natal *sin intervenir en las convulsiones políticas* cual sobrevivieron en las otras Provincias; cuando en medio de la paz más profunda, hemos sido invadidos por los soldados de Rey del Brasil (siendo se les ha informado) al mando de un jefe llamado Chagas.⁹

⁷ Archivo Histórico Nacional-Madrid (AHN-M). Fondo Estado. Legajo/Sección 3768, Maço 5, Legación 1818-1821. Memoriales y correspondências sobre prisioneros (leg.3768- 3). Carta de Andrés Artigas a D. João VI. Corte do Rio de Janeiro, 4 de maio de 1821.

⁸ Relación de los Españoles Americanos que se receballan presos en el Navio Príncipe de Brasil. AHN-M. Fondo Estado. Legajo/Sección 3768, Maço 5, Legación 1818-1821. Memoriales y correspondências sobre prisioneros (leg. 3768- 3).

⁹ Carta de Casemiro Taperý, Juan Manuel Toledo, José Leon ao embaixador espanhol Conde de Casa Flores. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 18/10/1820. AHN-M. Fondo Estado. Legajo/Sección 3768 (Caja 1), Maço 7, legación 1820. Grifos nossos.

Os autores descrevem as atrocidades cometidas pelas tropas do comandante Francisco das Chagas Santos: a queima de suas lavouras, o roubo do gado, o incêndio das casas, a profanação e saque dos ornamentos e altares das igrejas, a degola de mulheres e crianças e o apresamento de pessoas para serem vendidos como escravos no Brasil. Os indígenas procuraram se colocar como vítimas das pretensões expansionistas luso-brasileiras, pois, alegaram viver pacificamente e não ter envolvimento em questões políticas. Ainda assim, relataram que foram levados amarrados e nus aos outros *pueblos* indígenas e depois enviados à cadeia no Rio de Janeiro.

Não podemos afirmar quais teriam sido as filiações políticas anteriores destes três indígenas. Talvez o fato de terem sido escolhidos como exemplos a serem levados aos outros povos dos missionários para intimidá-los signifique que, ao menos no entendimento do comandante Chagas, eles fossem partidários de Artigas. Porém, estando presos há vários meses e sem a possibilidade de se comunicarem, porque falavam e escreviam apenas em guarani, viram na chegada de um outro preso com quem conseguiam se comunicar, Dom Vicente Sasor, a oportunidade de se reposicionar politicamente. Sasor teria lhes informado das «disposições paternas» de D. Fernando VII e do «esplendor e da glória» que figurava na Espanha após o reestabelecimento da monarquia. Diante deste cenário, eles suplicavam ajuda ao rei, colocando-se como seus fiéis vassallos da Coroa espanhola e dispostos a tomar em armas contra todos seus inimigos. Além disso, os autores reconheceram a Constituição de Cádiz e reafirmam-se como espanhóis:

Privados como nos hallamos de nuestra libertad para presentarnos ante a V.E a fuera y *aceptar la Constitución Política de la Monarquía Española*, le suplicamos se digne recibir este testimonio de nuestra voluntária y espontanea declaración de aceptar como de hecho lo hacemos el expresado código nacional; y aun que no podamos expresar suficientemente nuestros deseos, esperamos que V. E será el intérprete de nuestros sentimientos. En su mérito.

A V. E. suplicamos se sirva pedir al Gobierno de su S.M.I que en atención *que somos españoles*, que en nada ofendimos a los vasallos portugueses y nos restituya en nuestras casas y heredades, como es de justicia.¹⁰

¹⁰ Carta de Casemiro Taperý, Juan Manuel Toledo, José Leon ao embaixador espanhol Conde de Casa Flores. Ilha das Cobras, Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1820. AHN-M. Fundo Estado. Legajo/Sección

No ano de 1820, os indígenas de São Borja também buscaram a aproximação com a monarquia, mas neste caso a de Portugal. Setenta guaranis daquele povo, que ficava na margem ocidental do rio Uruguai, juraram obediência ao Rei de Portugal e à constituição promulgada pelas Cortes. Os documentos contêm várias assinaturas de guaranis, muitos deles oficiais do exército e funcionários do *cabildo* daquele povo (Pereira Ribeiro 56).

Essas articulações políticas dos indígenas aos projetos das monarquias ibéricas ocorreram, como se vê, em paralelo às revoluções liberais europeias e exigiam também dos sujeitos deste lado do Atlântico a afirmação do respeito às Constituições. No entanto, esses movimentos que observamos aqui são resquícios tardios dos intentos monárquicos europeus na América. Como salientou François-Xavier Guerra (341-346) as Cortes de Cádiz selaram a perspectiva de um Estado unitário para a Espanha, que excluía de forma definitiva a possibilidade de manter os reinos das Índias dentro da Monarquia. Somente na segunda revolução liberal espanhola, em 1821, se proporia um plano de uma Monarquia plural, com instituições americanas representativas próprias, mas então o governo de Fernando VII não conseguiria restaurar sua influência na região do Prata e, ao longo da década, as vantagens políticas de se atrelar à Coroa espanhola perderam força. Assim, a década de 1820 é entendida por Chiaramonte (*Ciudades...*) como um momento em que ocorria a progressiva incompatibilidade dos *cabildos* com um regime representativo que buscava basear-se na figura da moderna cidadania, constituída de um só povo. O autor salienta que as reformas do período dão continuidade às concepções eclesiásticas e intelectuais de longo prazo da América Hispânica que distinguia na quantidade de representantes e no processo eleitoral o campo e a cidade, trazendo como resposta o faccionalismo.

O juramento dos guaranis de São Borja a D. João VI e às Cortes portuguesas também não pode ter uma longa vigência já que, tempos depois, iniciou-se o processo de Independência do Brasil. No entanto, cabe salientar que quando essa lealdade foi firmada esse destino político ainda não estava traçado. Apesar da manutenção da monarquia, a separação de Portugal ensejou novas definições políticas e intelectuais que refletiram no destino das populações indígenas. Para John Manuel Monteiro (31), esse momento revela o dilema antropológico de conciliar os ideais de igualdade

3768 (Caja 1), Maço 7, legación 1820. Grifos nossos.

iluminista com as emergentes teorias raciais e de degeneração, além do impasse político de exaltar o caráter mestiço da identidade americana como forma de se afastar das origens portuguesas, ao mesmo tempo em que se mantinha uma percepção negativa dos indígenas contemporâneos.

Assim, ainda que a Constituição de 1824 tenha tornado o processo eleitoral mais acessível, com ampla participação popular, ela não contemplava explicitamente as possibilidades de os indígenas exercerem a cidadania. Maria Hilda Baqueiro Paraíso (2) identificou nessa legislação o desejo das elites de suprimir a diversidade étnica em favor da construção de uma unidade nacional, caracterizando-a como excludente no que diz respeito ao exercício da cidadania. Por outro lado, Mônica Duarte Dantas (36) pondera que os indígenas considerados «mansos» e integrados à nação poderiam, em tese, gozar dos mesmos direitos de participação previstos na Constituição de 1824. Ainda assim, a autora ressalta a existência de obstáculos –inclusive normativos– que dificultaram a efetivação dessa participação.

4. Indígenas e o faccionalismo da década de 1820

Neste contexto de tão rápidas transformações, mais uma vez tornou-se imperioso aos sujeitos indígenas se realinharem às realidades políticas e sociais que se colocavam e, neste caso, assumir posições diante do faccionalismo crescente. O episódio de rompimento da aliança entre o então intitulado *Supremo Gobernador* da República Entrerriana, Francisco Ramírez, e o líder indígena e Comandante Geral das Missões, Francisco Javier Sití, aponta para a agência e a autonomia indígena nas concepções políticas sobre o território das Missões.

Após a derrota de José Artigas, Ramírez e Sití haviam firmado um acordo em que o território missioneiro (incluindo, nesse momento, os povoados recém fundados de Asunción del Cambay, San Roquito, San Miguel e Loreto) estaria sob «proteção» da província de Entre Ríos. No entanto, enquanto Ramírez entendia que o pacto significava a subordinação total de Missões às suas ordens, Sití não demonstrava a mesma compreensão, já que concebia, como mencionam Jorge Machón e Oscar Daniel Cantero (87), que «Misiones era una provincia autónoma y soberana en el orden interno».

Em 1820, Sití escreveu,¹¹ para Ramírez contestando as intenções desse de estabelecer seu quartel general no povoado de Candelária. O objetivo do líder *entrerriano* era explorar os ervais naturais situados nessa região e que haviam sido deixados para trás pelas famílias indígenas fugidas da destruição promovida por tropas paraguaias, durante o ano de 1817.¹² Esse movimento foi percebido por Sití que justificou sua oposição argumentando, até mesmo com pinceladas de ironia, que os donos legítimos daqueles territórios eram os próprios indígenas:

A consecuencia del espíritu del oficio de V.E. dictado a 31 del próximo pasado, quedo impuesto haber quedado V.E. convencidísimo sobre la belleza y fertilidad de la Provincia de Misiones, aunque sea por las noticias verdaderas, pues qué diré yo y todos los indios que por espacio de más de siglos han gozado los frutos de su país, adonde tienen perdidos todos sus intereses y templos, que son tan alta importancia. Bajo esta virtud todos los indios reclaman su territorio, adonde cesarán las continuas quejas de los paisanos y a donde se conservará nuestra muy interesante paz y quietudes, según el muy honroso tratado de ambas provincias.¹³

Percebe-se que Sití entendia que quem deveria usufruir daquele território seriam os próprios indígenas que haviam sido obrigados a deixá-lo para trás depois de perderem «todos sus intereses y templos» em função da destruição promovidas pelos paraguaios. Em outro manuscrito, endereçada ao padre Isidro Sosa, a liderança indígena explica que marchava em direção à região dos ervais e pretendia repovoar aquele espaço, estabelecendo uma capital em Santo Tomé, um contingente

¹¹ A respeito da alfabetização de indígenas no espaço missioneiro, Eduardo Neumann afirma que foi um mecanismo fundamental no processo de evangelização e, inicialmente, era restrita a caciques e àqueles que os jesuítas julgavam aptos para obter a instrução. Dessa forma, «as potencialidades da cultura escrita estão mais acessíveis àqueles que integram a “elite missioneira”, no caso corregedores, capitães, *mayordomos* (administradores) e secretários» (Neumann 30). Ainda assim, o autor recorda que o convívio com as práticas letradas —mesmo por parte daqueles que não eram alfabetizados— acaba por gerar efeitos sobre toda a coletividade, estabelecendo-se uma crença nos valores do escrito. A partir dessas informações, é possível deduzir que Sití provavelmente ocupava uma posição de liderança, mesmo antes dos eventos aqui abordados.

¹² No ano de 1817, o governo paraguaio aproveitou-se das derrotas de Andresito Artigas para as tropas portuguesas e ordenou a evacuação dos habitantes dos cinco povoados que compunham o departamento de Concepción e, em seguida, ordenou a destruição, com a intenção de «evitar la propagación de la guerra al territorio paraguay, dejando en pos de sí una región despoblada y sin recursos» (Maeder 254).

¹³ Aqui utilizamos de uma transcrição desse documento presente em Machón y Cantero (100). Ao transcrevê-lo, os autores atualizaram a ortografia. O documento original que se encontra no Archivo General de la Provincia de Corrientes (Francisco Javier Sití a Francisco Ramírez, 11 de novembro de 1820, Archivo General de la Provincia de Corrientes [AGPC], Correspondencia Oficial, tomo 10) está bastante deteriorado, mas ao comparamos a transcrição com a versão original, parece-nos que não há grande incompatibilidade. Provavelmente quando os autores consultaram esse manuscrito, ele não se achava tão danificado.

populacional em São José, além daquele já existente em Asunción del Cambay (que era considerada, até aquele momento, a capital da Província de Missões). Buscando legitimar suas ações, Sití afirma que estava empreendendo essa marcha «con todo lo vecindario que eran de los quince Pueblos, para nuevamente poblar las Misiones».¹⁴ Dessa forma, reforçava que seu plano de reconstrução tinha como principal objetivo devolver as terras àqueles que ele entendia que eram seus verdadeiros donos.

Em carta escrita a Ramírez dois dias antes, Sití já havia comunicado ao caudilho *enterriano* que seu plano estava em marcha e insistia na justificativa de que os ervais deveriam ser trabalhados pelos «naturales», que eram os legítimos proprietários daquelas terras e que se encontravam em uma situação econômica e política difícil:

Yo con mi fuerza, y todos los naturales voy internarme al centro de las Misiones adonde cubrirán mis fuerzas los puntos precisos de este modo trabajaran los naturales con más sosiego: Por lo que toca al beneficio de la yerba que intenta V.E. hacer trabajar, digo los naturales que es su dueño legítimo [sic] de su terreno y sus frutos se hallan en fatales miserias, y [ilegível] en tan suma necesidad, que sin tener amparo de ninguna parte reclama aprovechar de sus sudor y sangre que solo es el primer fruto que mis hijos han de remediar sus indispensables necesidad [danificado] la yerba.¹⁵

Nesse trecho, fica explícita a aproximação de Sití com uma noção de «autogoverno» preconizada pelo projeto político de José Artigas e defendido, em anos anteriores, por Andresito Artigas e outros líderes indígenas no espaço missioneiro.¹⁶ Como mencionado anteriormente, o Sistema dos Povos Livres constituiu-se com base na ideia de que as províncias eram livres para estabelecerem pactos entre si, sem abrir mão de suas autonomias. A região das Missões não fugiria a essa regra e era entendida como uma província autônoma, em que cabia aos próprios indígenas assumirem o governo de seu território.

Ao se referir aos «índios» (chamando-os inclusive de «hijos») em diversas passagens, Francisco Javier Sití também demonstra a ideia de que sua autoridade está baseada na vontade de seu *pueblo*, lançando mão de uma justificativa comum para

¹⁴ Francisco Javier Sití a Isidro Sosa, 19 de novembro de 1820. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 10.

¹⁵ Francisco Javier Sití a Francisco Ramírez, 17 de novembro de 1820. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 10.

¹⁶ Para uma análise mais aprofundada a respeito de como Andresito Artigas e outras lideranças indígenas interpretaram os conflitos ocorridos logo da eclosão dos movimentos independentistas no espaço do Rio da Prata, entre os anos de 1812 e 1821. Sobre o assunto ver Schulz Praia (2017).

defender a soberania de unidades políticas autônomas no período pós-independência. Como propôs José Carlos Chiaramonte, a partir dos movimentos de independência ocorridos no espaço hispano-americano, o problema mais urgente a ser enfrentado por suas lideranças era a necessidade de substituir a legitimidade atribuída à monarquia castelhana. Nesse sentido, «la nueva legitimidad se buscó por medio de la prevaleciente doctrina de la *reasunción del poder por los pueblos*» (Chiaramonte, «Notas y debates...» 149). Como informa Mónica Quijada, a ideia de «retroversão da soberania» baseia-se no princípio de que «toda autoridad política es inherente a la comunidad» (34-35) e é esta última que a transfere a um governante por um ato de consentimento.¹⁷ Assim,

mientras la soberanía originaria del pueblo y su traspaso al príncipe no era, para los protagonistas de los sucesos de la Independencia, más que la ficción jurídica con que legitimaban su actuar – y no un hecho real del pasado americano –, la constitución de las nuevas autoridades emanadas directamente de ese pueblo era, en cambio, un acto concreto de ejercicio de la soberanía (Quijada 136).

Com base nas colocações de Chiaramonte e de Quijada é possível inferir, portanto, que o líder indígena, ao explicitar a legitimidade de sua autoridade, justificava a soberania do território missioneiro, situando-o como independente em relação à República Entrerriana e em relação a qualquer outra unidade política. Além disso, postava-se como um «chefe» que buscava negociar em condições de igualdade com Francisco Ramírez. Esse último aspecto fica ainda mais evidente quando Sití «recorda» ao seu interlocutor os motivos que o levou a romper com o projeto político de José Artigas no começo daquele mesmo ano de 1820: «Bien sabe V. todos hemos sido subalternos del general Artigas, solo hemos dejado por que ya quiso ser Patriarca para gobernar nuestras provincias a nuestras sanas ideas, y adelanto de nuestros hijos, y de nuestras provincias».¹⁸ Mais adiante, invocando o pacto entre as províncias, encerrava sua carta exigindo medidas de Ramírez contra os *correntinos* que estavam

¹⁷ A autora trata de mostrar que essa transferência é entendida por alguns teóricos, já nos séculos XVI e XVII, como passível de ser revogada e retornar à própria comunidade, quando esta sentia-se prejudicada de alguma forma. É a partir dessa justificativa que se formaram as juntas governativas (tanto na América, quanto na Espanha) durante as primeiras décadas do século XIX, em função do não reconhecimento de José Bonaparte como rei da Espanha.

¹⁸ Francisco Javier Sití a Francisco Ramírez, 17 de novembro de 1820. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 10.

extraindo erva-mate na região norte das Missões, já que o faziam sem a autorização do chefe daquele território:

Despache cien hombres al mando de un capitán, embargase quanta yerba hubiese acopiado y animales que se encontrar porque al momento supe que los comandantes o jueces de las jurisdicciones de Corrientes han mandado hacer yerba de su autoridad propia sin permiso mío siendo yo Jefe, y dueño de mi suelo.¹⁹

Ainda assim, Sití admitia que, através do pacto que realizaram, estava sob as ordens de Ramírez e o que se pode observar é que essa submissão tinha razões materiais: «Pues, considerando esta pobreza de mis hijos tuve tal coraje solicitar el tratado de amistad [danificado] Provincias hallados antes de la acción de Mocoreta, y así, vivo a gusto con su Dirección de V.E».²⁰

No que tange aos planos do então Comandante Geral das Missões, os historiadores Machón e Cantero (94) afirmam que nem todos os habitantes dos povoados indígenas aderiram à intenção de marchar em direção a Santo Tomé, permanecendo grande parte dos indígenas em Asunción del Cambay, atitude seguida também por aqueles que habitavam o povoado de San Roquito.

Na documentação presente no Arquivo Geral da Província de Corrientes, encontra-se uma carta escrita por Francisco Sití ao «Comandante de San Roquito» Juan Domingo Ybarori. O documento está bastante deteriorado e escrito em guarani e, portanto, não é possível fazer afirmações contundentes a respeito de seu conteúdo. No entanto, ela é um indício de que Sití estava, provavelmente, tentando angariar apoio ao seu projeto.²¹ Essa dedução pode ser feita ao nos remetermos a outra carta escrita pelo próprio Domingo Ybarori para o caudilho *enterrerriano* Francisco Ramírez. Nela, Ybarori afirma que recebeu ameaças dos comandados de Francisco Sití para

¹⁹ Francisco Javier Sití a Francisco Ramírez, 17 de novembro de 1820. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 10.

²⁰ Francisco Javier Sití a Francisco Ramírez, 17 de novembro de 1820. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 10. A ação de Mocoretá a que se refere Sití é a batalha ocorrida às margens do rio Mocoretá em que José Artigas sofreu uma importante derrota, em fevereiro de 1820, depois de Sití e Ramírez entrarem em acordo e se voltarem contra aquele que havia sido seu comandante até então.

²¹ Francisco Javier Sití a Domingo Ybarori, 16 de novembro de 1820. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 10.

aderir ao seu projeto e auxiliá-lo nos ataques que pretendia fazer a Ramírez.²²

Além disso, comenta que o «Capitão Nicolás» marchava, a mando de Sití, em direção a São Borja, a fim de impedir os grupos de *correntinos* de beneficiar erva-mate na região.²³ Por fim, Ybarori pede que Ramírez envie armas e munições para San Roquito, garantindo que permaneceria ao seu lado no conflito que estava se formando.²⁴ Ao que parece, os apelos da liderança de San Roquito foram atendidos, já que há informações de que ele comandou tropas contra Sití (Machón e Cantero 96).

Os conflitos ocorreram entre novembro e dezembro de 1820 e, ainda que as forças de Sití tenham conseguido algumas vitórias, os indígenas que permaneceram em Asunción del Cambay se viram obrigados a cruzar o rio Uruguai e adentrar o território português. Ao mesmo tempo, Sití e seus comandados sofreram uma importante derrota em Santo Tomé para as tropas lideradas por Gregorio Piris, a serviço da República Entrerriana. Em meio a isso, alguns indígenas conseguiram evadir para São Borja e solicitaram refúgio aos portugueses (incluindo o próprio Sití), enquanto outros perderam a vida em combate.

Como mencionado anteriormente, os povoados de Asunción del Cambay, San Roquito, San Miguel e Loreto haviam sido fundados com contingentes guaranis provenientes das comunidades destruídas durante o ano de 1817. Enquanto Cambay e San Roquito contavam, em sua maioria, com indígenas emigrados de La Cruz e Yapeyú (situados à margem ocidental do rio Uruguai), San Miguel e Loreto foram erigidas à beira da lagoa Iberá com populações advindas dos povoados do Departamento de Candelaria, destruídos pelos paraguaios e, mais tarde, cobiçados por seus ervais naturais, como explicitado acima.

²² Domingo Ybarori a Francisco Ramírez, 20 de novembro de 1820. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 10.

²³ Domingo Ybarori a Francisco Ramírez, 20 de novembro de 1820. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 10. Provavelmente Ybarori se refere aqui a Nicolás Aripí, que durante o ano de 1821 ocupou parte dos antigos povoados da costa do rio Paraná, especialmente San Ignacio e Santa Ana. Desde esse local tentou negociar com o então presidente paraguaio Gaspar de Francia a constituição de uma unidade política autônoma, baseando-se na ideia de que aquele território era, por direito, pertencente aos indígenas dos quais era o comandante. A experiência dirigida por Aripí chegou ao fim em dezembro de 1821, quando o Subdelegado de Itapua, Norberto Ortellado (a mando do governo paraguaio) conseguiu impor a derrota final ao líder indígena. Para maiores informações a respeito desses episódios, consultar Machón 1994.

²⁴ Domingo Ybarori a Francisco Ramírez, 20 de novembro de 1820. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 10.

Passados os conflitos entre Francisco Javier Sití e Francisco Ramírez, as definições territoriais continuavam incertas e as lideranças indígenas desses recém fundados *pueblos* foram impelidas a buscar estratégias distintas a fim de garantir a sua existência política. A partir de então, essas comunidades optaram por buscar a «proteção» de outras províncias, através da assinatura de pactos. Essa atitude foi interpretada, em alguns casos, como a aceitação de sua condição de subordinados, o que, conseqüentemente, teria levado à perda de sua autonomia.²⁵ No entanto, é possível verificar no texto desses pedidos de proteção elaborados pelos indígenas, uma concepção de que seus povoados não abriam mão de sua soberania ao realizar os pactos referidos, exigindo inclusive a organização de suas localidades à maneira das antigas reduções missioneiros.

No dia 6 de fevereiro de 1822, as lideranças de San Roquito solicitaram a incorporação do povoado à jurisdição *correntina* através de uma carta endereçada ao então governador dessa província, Juan José Blanco. Afirmavam que se achavam sem nenhum auxílio em função de «no haver autoridad ni Gefe reconocido en Misiones de donde hemos dependido, por lo que nos consideramos huerfanos y libres de las obligaciones al Gobierno de Misiones».²⁶ Após essa justificativa, as autoridades afirmam que a decisão foi tomada em consonância com « demas vecinos y habitantes que componen este Pueblo». Dessa forma,

Despues de haver tratado con el mas maduro examen, que a nuestros intereses convienen *hemos resueltos todos decididamente por un convenio general* unirnos a la Provincia de Corrientes, sujetarnos a su Gobierno con entera sumision y obedecer a su Gobierno Superior y estar obedientes a las Leyes que dicte: vivir en union con nuestros hermanos los correntinos y componer una solo familia.²⁷

Em mais de uma oportunidade, reforça-se que o pedido realizado é a expressão da vontade de todos os habitantes do povoado e a escrita da carta era fruto de uma

²⁵ Essa visão é expressa, por exemplo, pelo historiador argentino Raul Fradkin. Ainda assim, o autor admite que «pérdida de autonomía y subordinación no implicaron pasividad y algunas evidencias sugieren que simultáneamente fue operando un proceso de repoblamiento del territorio misionero» (Fradkin 255).

²⁶ Pedido de autoridades indígenas de San Roquito por protección de Corrientes. AGCP, Correspondencia Oficial, tomo 14.

²⁷ Pedido de autoridades indígenas de San Roquito por protección de Corrientes. AGCP, Correspondencia Oficial, tomo 14. Grifos nossos.

escolha política do *pueblo* de San Roquito, como uma entidade autônoma, capaz de tomar suas próprias decisões. Esse aspecto é relevante, pois ainda que as lideranças indígenas insistissem que não havia autoridade reconhecida no governo das Missões, em julho de 1821 o *correntino* Felix Aguirre (que havia lutado ao lado de Andresito Artigas em anos anteriores) é nomeado pelo então governador de Corrientes (Evaristo Carriegos, alinhado naquele momento ao já mencionado Francisco Ramírez) como «Comandante de San Miguel », ficando a cargo, assim, dos povoados de Cambay, San Roquito, San Miguel, Loreto, La Cruz e Santo Tomé (Poenitz 43). Já em janeiro de 1822, na ocasião da assinatura do Tratado do Quadrilátero, Aguirre foi reconhecido como Comandante Geral das Missões²⁸ e, a partir de então, buscou evitar que San Roquito fosse incorporada a Corrientes. No entanto, enfrentou, ao longo de todo o ano, rebeliões de seus habitantes que não o reconheciam como autoridade (Poenitz 45). Deste modo, mesmo que manifestasse a vontade de obedecer a Corrientes e se submeter às leis dessa província, a população de San Roquito demonstrava que suas escolhas se baseavam em interesses próprios e na manutenção de sua autonomia, sem aceitar a imposição de líderes que não contavam com seu apoio.

O processo de incorporação de San Roquito à província de Corrientes só ocorreria no ano de 1827 (Poenitz 1990). Durante esse mesmo ano, autoridades dos povoados de San Miguel e Loreto lançaram mão da mesma estratégia. O corregedor José Ramón Irá e o cacique don José Bayay (representantes de San Miguel), além do secretário José Ignacio Guyraré (como mandatário de Loreto) foram ao encontro, no dia 9 de outubro, do governador *correntino* Pedro Ferré propondo um pacto de incorporação de ambos povoados ao território de Corrientes. Assim como no documento escrito em 1822 em San Roquito, as autoridades de San Miguel e Loreto fizeram questão de demonstrar que a decisão de apresentar o pedido de proteção foi tomada em conjunto com os habitantes dessas localidades: «Habiendo vuelto sobre sí nuestros Representados, y conocido palpablemente la necesidad de buscar una

²⁸ O Tratado do Quadrilátero, assinado pelas províncias de Buenos Aires, Entre Ríos, Santa Fé e Corrientes, no dia 25 de janeiro de 1822, tinha por objetivo a formação de uma aliança defensiva contra a possibilidade de um ataque comandado pelos portugueses a partir da Província Cisplatina. Apesar da Província das Missões não ter participado em pé de igualdade com as outras entidades, Aguirre foi reconhecido como autoridade daquele território e autorizado a eleger uma das províncias participantes do acordo como sua “protetora”. Em função das pretensões territoriais tanto de Entre Ríos quanto de Corrientes sobre os povoados missioneiros, Aguirre escolhe Santa Fé e é justamente a intervenção do governador dessa província que «contuvo las pretensiones de Corrientes de anexar San Miguel, y esto consolidó a Aguirre como Comandante General de Misiones» (Machón e Cantero 120).

protección». Colocam-se, então, como «Representantes y Diputados al efecto de aquellos pueblos» para negociar um pacto com Corrientes e demonstravam que a legitimidade de suas autoridades partia da própria população.

Seguidamente, os indígenas elencam uma série de motivos que os levaram a estabelecer o pacto, entre os quais, mencionam: a falta de auxílio tanto político, quanto espiritual, a fome e a «desnudez» dos habitantes que acabam resultando na imoralidade, na desordem e em repetidas convulsões. Dessa forma, buscavam meios de garantir a

seguridad y tranquilidad, únicas capaces de proporcionarnos las ventajas de la agricultura, que por otra parte se ha hecho ya tan difícil con la alternativa de males y circunstancias terribles, que se experimentan a cada paso *con el cambio no interrumpido de nuestro régimen interior*.²⁹

O texto evidencia a vontade dos habitantes de não sofrer mais com os recorrentes conflitos militares que assolavam a região para poderem se dedicar à agricultura. Para isso, era preciso cessar as distintas mudanças em seu «régimen interior». Ao utilizarem essa expressão, as lideranças referiam-se ao modo de vida que levavam em seus *pueblos*, baseados na organização vigente nas antigas reduções guarani-jesuíticas. Nesse sentido, uma das suas primeiras reivindicações era a presença de um padre para dar conta de suas necessidades espirituais. Isso fica manifesto numa proclama escrita por Irá, Bayay e Guirayé ao anunciarem a assinatura do pacto aos habitantes de San Miguel no dia 16 de outubro: «Hermanos, encontramos nuestra felicidad, la de nuestra Provincia y demás habitantes, nuestros hermanos. Ya lo veis pues que no tenemos ni un Pastor espiritual, nuestra primera necesidad».³⁰ Destaca-se nessa passagem a menção também à «nuestra Provincia», denotando –uma vez mais– o entendimento de que pertenciam a uma entidade autônoma e soberana, ainda que tenham se submetido às leis de Corrientes.

Além disso, os indígenas de San Miguel e Loreto lograram, através do pacto, a manutenção da estrutura de poder local até princípios da década de 1830 (Schaller

²⁹ Pacto de 9 de octubre de 1827. AGCP, Correspondencia Oficial, tomo 38. Grifos nossos.

³⁰ Circular de 16 de octubre de 1827. “Colección de datos y documentos referentes a Misiones como parte integrante del territorio de la Provincia de Corrientes”, 194.

540).³¹ Já no ano de 1824, a constituição da Província de Corrientes determinou o encerramento das atividades dos *cabildos* naqueles territórios que estavam sob sua jurisdição, mas uma exceção foi aberta para o caso desses povoados indígenas. Francisco Javier Lagraña, que foi nomeado Comandante Militar do Departamento de San Miguel, em novembro de 1827, escreveu para o governador Pedro Ferré (no dia 25 desse mês) sugerindo que para poder estabelecer a ordem naqueles povoados era necessário «remediar la exclusión del Cabildo y Corregedor, en donde se ocupan una porción de mandones».³² Mesmo assim, Ferré optou pela manutenção dos *cabildos*, inclusive incentivando –como demonstrado por Enrique Schaller (538)– os seus membros a estabelecerem comunicação direta com o governo de Corrientes. Na decisão do então governador *correntino* pesou a necessidade de contar com o apoio das autoridades de San Miguel e Loreto, pois tinha a intenção de estender o território dominado pela província de Corrientes, prevendo inclusive a incorporação – como veio a ocorrer em anos posteriores – de grande parte da região que antes era reconhecida como a Províncias das Missões. O reconhecimento dos direitos territoriais *correntinos* por parte dessas lideranças guaranis era um importante argumento que Ferré poderia lançar mão para legitimar a incorporação do restante da região missioneira frente a outras entidades políticas que também pretendiam ocupar aquele espaço, como Entre Ríos e Santa Fé.

5. Um novo povo para os guaranis: a formação de Bella Unión

Se as lideranças dos pueblos de San Roquito e Loreto expressaram seus desejos de autonomia como forma de manutenção de suas comunidades e modos de vida, em 1828 formou-se uma unidade guarani em torno de um novo projeto de comunidade. Como destacou Oscar Padrón Favre, seguia latente o sonho dos missioneiros de unificação dos povos Ocidentais e Orientais e a recuperação dos seus gados e terras. No entanto, esse projeto precisava uma vez mais readaptar-se às circunstâncias políticas. Assim, os indígenas das Missões Orientais e Ocidentais aproveitaram o desejo de Fructuoso Rivera de constituir um Estado autônomo na Banda Oriental para aliançarem-se com ele. Rivera já havia mudado de lado várias vezes nos conflitos que

³¹ Durante a administração do governador José Rafael Atienza, entre 1833 e 1837, ocorreu a supressão dos *cabildos* de San Miguel e Loreto.

³² Francisco Javier de Lagraña a Pedro Ferré, 25 de novembro de 1827. «Colección de datos y documentos referentes a Misiones como parte integrante del territorio de la Provincia de Corrientes», 197.

assolaram a região e, em 1828, empreendeu uma expedição independente às Missões.³³ Nas Missões Ocidentais os guaranis firmaram o Acordo de Gavuyú, visando a devolução do departamento de São Borja aos «naturais» (Padrón Favre 52). Em seguida, algumas lideranças guaranis apoiaram Rivera e lhe declararam governador e capitão-general da Província de Missões (Padrón Favre 53-55).

Entretanto, o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Prata entraram em acordo de paz que incluía a desocupação do território brasileiro. Diante da perspectiva de mais uma vez perder a autonomia da região, milhares de guaranis promoveram um êxodo para o que viria ser o Uruguai, fundando aldeia de Bella Unión.³⁴ No acordo que consolidou essa migração, os guaranis reafirmavam a filiação a uma comunidade indígena autônoma, detentora de direitos irredutíveis:

Á formar un pacto que sirva de base a la dicha reincorporación y establecimiento de los Siete Pueblos, en el Territorio del Estado Oriental, *sin renuncia o menoscabo de sus derechos*, al que dejan en la Provincia de Misiones, y deseando se miren siempre como una propiedad de la *Nación Indígena* que los pobló, cultivó, mantuvo y gobierno hasta 1801.³⁵

O que podemos perceber é que a constituição de Bella Unión foi mais uma escolha política dos indígenas que teve consequências para a história da independência do Prata, já que Rivera dependia do apoio destes oito mil guaranis para assegurar as fronteiras do Estado independente que proclamou em 1828. Para os guaranis, o acordo firmado com Rivera, que havia lutado vários anos ao lado de Artigas, talvez tenha significado uma esperança de retomada dos projetos que motivaram suas lutas políticas na primeira década do oitocentos. Assim, buscaram aproveitar a aliança com um militar que demonstrou estar atento aos seus anseios de manutenção da unidade comunitária e da autonomia política.

Essa não foi uma escolha fácil e seus resultados eram imprevisíveis. De fato, segundo Padrón Favre (68) os testemunhos escritos dos indígenas revelam o sofrimento em abandonar os territórios dos Sete Povos, mas também apontam o

³³ Fructuoso Rivera foi um dos principais militares a lutar ao lado de Artigas desde 1811 até 1820, quando passou a colaborar com o exército luso-brasileiro. Em 1825 se juntou ao movimento dos *Treinta y tres orientales* e passou a combater a ocupação brasileira da Banda Oriental. Em 1828 após a expedição para as Missões, Rivera rompeu com os compatriotas atrelados às Províncias Unidas do Prata (Argentina), como era o caso de Lavalleja, e formou um estado independente, proclamando a República do Uruguai.

³⁴ Também chamada de Povo de Santa Rosa do Quaraí.

³⁵ Archivo General de la Nación ex A, y M. C. 21. *Apud* Padrón Favre 69. Grifos nossos.

rancor acumulado pelas sucessivas espoliações e violências sofridas desde 1801, que atribuíam aos portugueses e brasileiros. Denunciavam a escravização, os castigos físicos e a prostituição que vinham sendo submetidos, bem como o roubo dos seus gados e de suas terras. Aceitavam, pois, incorporar-se ao Estado Oriental (Uruguai), mas não renunciavam a seus antigos territórios, deixando clara a intenção de voltar aos seus povos quando houvesse condições políticas para tal.

O fim do aldeamento de Bella Unión, em 1830, retoma os dilemas enfrentados pelos indígenas desde o começo das revoluções que assolaram a região do Prata. Naquele ano a fome começou a grassar entre os aldeados de Bella Unión produzindo um motim (Padrón Favre 130). As distensões políticas envolviam acusações de roubo de gado nas fronteiras com o Brasil (Frega 2009).

Mais uma vez os indígenas se mobilizaram politicamente. Diante da eminente dissolução de Bella Unión, os guaranis escreveram um pedido de proteção à província de Entre Ríos para retornar para a «banda ocidental do Rio Uruguai». Nessa petição eles informavam que o Estado Oriental (Uruguai) estava prestes a entrar em guerra civil e que não queriam tomar parte deste conflito. Segundo os próprios guaranis a escolha de filiação política a Entre Ríos devia-se ao fato de aquela província ser a que «mais os favoreceu na manutenção de seus direitos» e que cujo governador sabia ser justo que os «Povos de Missões» recuperassem «seus terrenos usurpados de maneira mais violenta» pelo governo de Corrientes. Sua petição também demonstra que se entendiam como representantes políticos de uma província em pé de igualdade com as outras, por isso, pediam a Entre Ríos:

En esta confianza el Pueblo de Misiones se arroja a los brazos del de Entre Ríos para que en favor de la justicia que le asiste, levante su voz y haga entender a la Provincia de Corrientes que la de Misiones en todo es igual a ella, como miembro de la gran familia argentina a la que corresponde y con la cual quiera estar siempre unida.³⁶

Terminavam sua petição ameaçando pegar em armas caso seus direitos não fossem respeitados. Muitas das lideranças guaranis que assinaram a carta informaram seus respectivos cargos, que remetiam às posições políticas que ocupavam nos antigos *cabildos* (*corrigidores*), na administração indígena (*cacique*) ou às suas patentes

³⁶ Pedido de proteção de líderes missioneiros a Entre Ríos, Bella Unión, 6 de maio de 1830. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 51.

militares (capitães).³⁷

Paralelamente os indígenas das «antigas Missões ocidentais» conseguiram firmar um acordo com os representantes da província de Corrientes. Dentre as justificativas para o pacto estava o fato de estarem cansados de «errarem à mercê de caudilhos que os proporcionaram mil males em vez da felicidade que aspiravam» e informavam desejar viver «em tranquilidade». O governo de Corrientes, também apresentou suas razões para o acordo: por reconhecer os guaranis como «argentinos» e pelos serviços que prestaram à «Pátria», desejavam destinar-lhes um lugar fixo e «salvo dos ataques».³⁸

No entanto, a década de 1830 esteve longe de representar a estabilidade e a tranquilidade almejadas pelos povos indígenas. Novos faccionalismos e disputas territoriais emergiram no conturbado contexto das independências no turbulento contexto das Independências em construção. Os indígenas que retornaram a Corrientes ou ao Rio Grande do Sul seguiram suas mobilizações políticas para assegurar seus territórios, seus bens e sua autonomia política. Em 1832 ocorreu um novo levante em Bella Unión, ao qual o governo respondeu duramente. Pouco depois, Rivera deu ordens para transladar os guaranis para fundaram Durazno, onde fundaram a aldeia de San Borja del Yy. Dos cerca de oito mil indígenas que tinham participado do êxodo de 1828, apenas 900 foram contabilizados por um levantamento feito em 1832. Neste censo, eles ainda foram distribuídos conforme seus povos missioneiros de origem, mostrando a permanência duradoura deste laço social e político (Padrón Favre 172-175).

6. Conclusões

Como pudemos observar os indígenas se posicionaram de múltiplas formas diante dos processos disruptivos que ocorreram na década de 1820 na região do Prata e, em especial, no antigo território missioneiro. Suas escolhas políticas estiveram relacionadas às possibilidades colocadas em um contexto de constantes transformações cujas respostas não foram, de forma alguma, homogêneas. Sujeitos e

³⁷ Pedido de proteção de líderes missioneiros a Entre Ríos, Bella Unión, 6 de maio de 1830. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 51.

³⁸ Pactos celebrados Gob. Corrientes e habitantes Misiones Occidentales, 5 de maio de 1830. AGPC, Correspondencia Oficial, tomo 51.

comunidades indígenas propuseram acordos ou ruptura políticas, promoveram migrações, filiaram-se a projetos provinciais ou «nacionais» buscando melhores condições individuais ou coletivas, cujos resultados não estavam dados *a priori*.

No entanto, a despeito desta diversidade de posicionamentos, é possível observar que a defesa da soberania das comunidades guarani guiou muitas das ações indígenas aqui analisadas. Essa concepção política tomou formas plurais, desde ações mais pragmáticas que visavam a obtenção de gado ou desencarceramento, passando por deslocamentos massivos de seus povos de origem, até expressões políticas propriamente ditas, que colocava as comunidades guaranis em pé de igualdade com outras províncias ou ressaltava o direito de um *pueblo* indígena de governar-se a partir de seus próprios termos.

O que podemos perceber é que as ações e concepções dos indígenas não eram mero reflexo das orientações políticas dos caudilhos da região e não estavam orientadas por nacionalidades prévias. Elas sem dúvida dialogaram com as ideologias e projetos formulados dos dois lados do Atlântico, mas forjaram novas concepções políticas que procuraram conformar um lugar para os indígenas nas nascentes nações americanas. O fato de estas estratégias nem sempre terem sido bem-sucedidas ou não terem resultado em um Estado-nação, não significa que as ações indígenas não tenham sido constitutivas dos processos históricos que conformaram a América pós-colonial. Como alertou Chiaramonte («Notas y debates...»), os Estados surgidos do processo de ruptura com as nações ibéricas não foram fruto de nacionalidades previamente formadas, elas foram fruto de uma história de lutas, conflitos e conciliações, nas quais, acrescentamos, os indígenas também foram protagonistas. ◇

Fontes

Archivo Artigas, Montevideu, Uruguay, tomo XXIX, 1997. «Colección de datos y documentos referentes a Misiones como parte integrante del territorio de la Provincia de Corrientes», Primera parte, Corrientes: Imprenta de La Verdad, 1877.

Archivo General de la Provincia de Corrientes. Corrientes, Argentina, Fondo Correspondencia Oficial.

Archivo Histórico Nacional-Madrid. Madrid, Espanha, Fundo Estado, Sección 3768, Legislación 1818-1821.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil, Fundo Autoridades Militares, Maço 114.

Saint-Hilaire, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* [Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa]. Porto Alegre: ERUS, 1987 [1824].

Bibliografia

- Albuquerque Dantas, Mariana. «O reverso da outra independência: participação indígena no contexto político da década de 1820 (Cimbres, Pernambuco)». *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n.º 82, 2022, pp. 19-35.
- Baqueiro Paraíso, Maria Hilda. «Construindo o estado da exclusão: os índios brasileiros e a Constituição de 1824». *Revista Clio - Revista de Pesquisa Histórica*, n.º 28.2, 2011, pp. 1-17.
- Cabral, Salvador. *Andresito Artigas en la emancipación americana*. Buenos Aires: Corregidor, 4.ª edição, 2014.
- Chiaramonte, José Carlos. *Ciudades, provincias, Estados: orígenes de la Nación Argentina (1800-1846)*. Buenos Aires: Compañía Editora Espasa Calpe, 1997.
- . «Notas y debates: La formación de los Estados nacionales en Iberoamérica». *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, tercera serie, n.º 15, 1.º semestre, 1997, pp. 143-165.
- Cloclet da Silva, Ana Rosa e Gabriel Cid. «As independências no Brasil e na América Hispânica. História, memória e historiografia 200 anos depois». *Revista Brasileira de História*, vol. 42, n.º 91, 2022, pp. 17-51.
- Duarte Dantas, Mônica. «Constituição, poderes e cidadania na formação do Estado-nacional brasileiro». Instituto Prometheus, organizador, *Rumos da cidadania. A crise da representação e a perda do espaço público*. São Paulo: Instituto Prometheus, 2010, vol. 1, pp. 19-58.
- Fradkin, Raúl. «La participación política popular en el litoral rioplatense durante el siglo XIX. Notas y conjeturas». Em Raúl Fradkin e Gabriel Di Meglio, compiladores, *Hacer política: la participación popular en el siglo XIX rioplatense*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013, pp. 239-272.
- Frega, Ana. «El artiguismo en la revolución del Río de la Plata. Algunas líneas de trabajo sobre el “Sistema de los pueblos libres”». Em Ana Frega e Ariadna Islas, coordenadores, *Nuevas miradas en torno al artiguismo*. Montevideo: Departamento de Publicaciones, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad de la República, 2001, pp. 125-144.
- . «La “campana militar” de las Misiones en una perspectiva regional: lucha política, disputas territoriales y conflictos étnico-sociales». Em Ana Frega, coordenador, *Historia regional e independencia del Uruguay: Proceso histórico y revisión crítica de sus relatos*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2009, pp. 131-161.
- Guerra, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid: Mapfre, 1992.
- Lunardi Diehl, Isadora, e Helen Osório. «Os índios no gênero de peões ninguém os excede. Utilização da mão de obra indígena e a expropriação de terras e gado guarani no Rio Grande do Sul (1777-1835)». *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, vol. 34, n.º 2, 2021, pp. 1- 22.

- Machón, Jorge. «Nicolas Aripsi: capitán y comandante de la Provincia de Misiones». *Estudios Regionales*, vol. 6, n.º 1, 1994, pp. 61-67.
- Machón, Jorge, e Oscar Daniel Cantero. *Misiones Provincia Federal*. Posadas: Editorial Universitaria, Universidad Nacional de Misiones, 2008.
- Maeder, Ernesto J. A. *Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní, 1768-1850*. Madrid: Mapfre, 1992.
- Monteiro, John Manuel. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese apresentada para o Concurso de Livre Docência, Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- Moreira Ribeiro da Silva e Melo, Karina. *Histórias indígenas em contextos de formação dos Estados argentino, brasileiro e uruguaio: charruas, guaranis e minuanos em fronteiras platinas (1801-1818)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2017.
- Neumann, Eduardo. *Letra de Índios. Cultura escrita, comunicação e memória indígena nas Reduções do Paraguai*. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.
- Padrón Favre, Oscar. *Ocaso de un pueblo indio: historia del éxodo guaraní-misionero al Uruguay. Bella Unión, San Borja del Yij*. Durazno: Tierra Adentro, 2009.
- Pereira Ribeiro, Max Roberto. *Estratégia indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)* Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.
- Poenitz, Alfredo. «San Roquito: un pueblo refugio de guaraníes dispersos (1819-87)». *Cuadernos de Geohistoria Regional*, n.º 10, 1990, pp. 41-49.
- Quijada, Mónica. «La potestas populi: una revisión del pensamiento político hispánico y la Modernidad». Em Beatriz Bragoni e Sara E. Mata, compiladores, *Entre la colonia y la república: insurgencias, rebeliones y cultura política en América del Sur*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008, pp. 29-49.
- Schaller, Enrique. «El gobierno de los pueblos guaraníes incorporados a la Provincia de Corrientes (1827-1835)». *VII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas*. Resistencia, Chaco, 1998.
- Schulz Praia, Felipe. *Para que cada Pueblo se gobierne por si: modernidade política e atores indígenas no espaço do Rio da Prata (1810-1821)*. Dissertação: PPGHIS/UFRGS, 2017.
- Van Young, Eric. *La otra rebelión. La lucha por la independencia de México*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- Wilde, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009.